

VENDA DE 91% DE ACÇÕES DA CHAMADA COMPANHIA DE BANDEIRA

## Governo Tenta Tirar LAM do Coma Induzido, Mas Arrisca-se a Afundar a EMOSE, HCB e CFM e Comprometer as Finanças Públicas do País

- O Governo, na sua última sessão do Conselho de Ministros, realizada a 4 de fevereiro de 2025, decidiu alienar 91% das acções do Estado nas Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), para as empresas públicas Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE). A decisão tem por objectivo arrecadar 130 milhões de dólares para a compra de oito novas aeronaves e a reestruturação da companhia.





**Por último, a falta de transparência no processo de alienação das acções da LAM também compromete a confiança dos investidores e da sociedade no governo. Embora o governo tenha afirmado que as empresas envolvidas terão de prestar contas, a ausência de um processo aberto e público torna difícil garantir que os recursos públicos serão usados de forma eficiente. A boa governação exige mais do que promessas de prestação de contas; é preciso garantir que haja um sistema transparente, independente e que realmente assegure que os recursos são aplicados para o benefício da sociedade.**



**A** decisão parece surgir como uma tentativa de tirar a chamada companhia de bandeira do coma em que se encontra já há bastante tempo, sem aviões, com dificuldades de honrar compromissos com os fornecedores e até pagar salários aos trabalhadores.

Diferentemente do normal, como, por exemplo, ocorreu com a HCB, que no passado abriu seu capital de forma pública, o governo escolheu empresas públicas para a venda de 91 % de ações, ao que tudo indica devido à condição financeira da empresa. A LAM não tem boa reputação no mercado para atrair investidores privados. A companhia está quase em falência técnica, vivendo de injeções de capital por parte do Estado. No fundo o que aconteceu foi o executivo realizar uma operação particular e orientar algumas empresas públicas (as únicas que conseguem pagar dividendos ao Estado), a realizar a negociação das ações da companhia de bandeira.

Do ponto de vista financeiro, esta medida parece

ser a solução mais viável para o executivo, dado o seu interesse em manter a LAM, não por razões unicamente económicas, mas por questões supostamente políticas, fala-se da questão de soberania. Em termos práticos, o maior risco desta decisão é que o governo poderá estar a transferir a responsabilidade da falência de uma empresa para outras do sector empresarial do estado, comprometendo as finanças dessas entidades e, conseqüentemente, a das finanças públicas do país.

Além disso, a forma como o processo foi conduzido, levanta uma série de questões de falta de transparência, problemas de ética e de governança corporativa. A alienação foi decidida sem consulta às Assembleias Gerais das empresas envolvidas, sendo que a HCB e a EMOSE são cotadas em bolsa e, como tal, têm obrigações fiduciárias perante os seus acionistas. O governo, ao avançar com esta medida sem a devida consulta, coloca em causa o compromisso com as melhores práticas de governança e a transparência na gestão do setor público.

## **A Viabilidade da Medida: Solução Temporária ou Mudança Estrutural Necessária?**

Apesar de a medida anunciada resolver, à partida, o problema imediato da falta de aviões na LAM, ela não aborda as questões estruturais mais profundas que afligem a companhia. A compra de novas aeronaves pode ser útil para renovar a frota, mas a verdadeira reestruturação da empresa exige mais do que uma solução financeira pontual. A LAM enfrenta problemas de gestão crónicos, corrupção e falta de uma estratégia clara de desenvolvimento, que precisam ser resolvidos para garantir a sua viabilidade a longo prazo. Sem um novo modelo de gestão e sem a implementação de reformas profundas, a aquisição de aviões será apenas uma solução temporária e superficial. Corremos o risco de voltar a ter os mesmos problemas de sempre.

Uma alternativa mais eficaz poderia ser a privatização gradual da LAM, com uma reestruturação interna focada na melhoria da gestão, eliminação da corrupção e estabelecimento de uma estratégia sólida para o futuro. Para que não se assista casos, como o recentemente visto de aquisição de uma

aeronave de carga, sem as devidos procedimentos de compliance que resultou na perda de mais de 70 milhões de meticais. Esta abordagem permitiria à empresa restaurar a sua credibilidade junto dos stakeholders e, ao mesmo tempo, proteger as finanças públicas, uma vez que a venda de ações poderia gerar receitas para o restabelecimento da empresa sem comprometer outras empresas estatais.

Para que a medida proposta pelo governo tenha sucesso, é necessário que sejam resolvidos os problemas estruturais da LAM. A corrupção interna, a falta de uma estratégia de longo prazo e a má gestão devem ser tratados com urgência. Caso contrário, a aquisição de novas aeronaves poderá ser em vão, e a crise da companhia poderá persistir. A chave para o sucesso da medida reside numa reestruturação abrangente, que envolva, além da compra de aviões, a implementação de um novo modelo de gestão e a modernização dos processos internos da empresa.

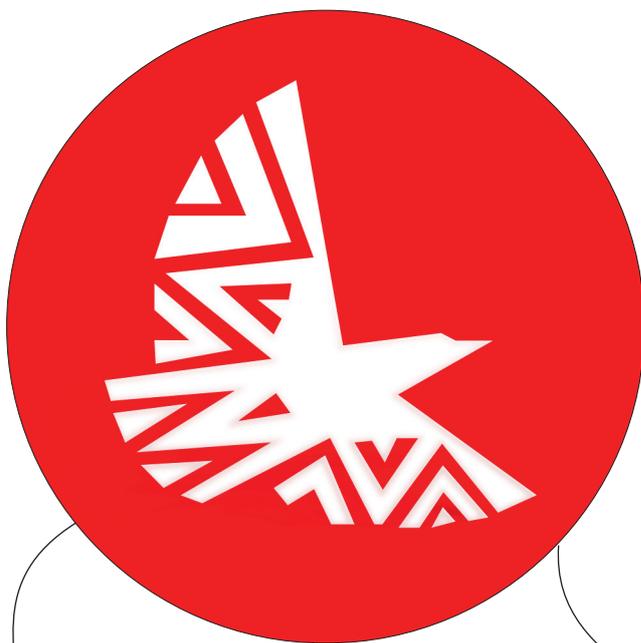
## Impacto nas Finanças Públicas: A Decisão Pode Comprometer Recursos Essenciais para o País

A decisão de alienar 91% das ações da LAM tem o potencial de comprometer as finanças públicas de Moçambique. As empresas envolvidas neste processo, como a HCB, CFM e EMOSE, são fontes importantes de receitas para o Estado. Em 2023, a HCB transferiu 6,3 mil milhões de meticais ao Estado, um montante que serviu para financiar serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Caso essas empresas precisem alocar recursos para a aquisição da LAM e para assumir as suas dívidas, poderá ocorrer uma redução na capacidade do governo de garantir o financiamento de sectores vitais para a população.

Além disso, a medida poderá agravar a situação fiscal do país, já fragilizada, especialmente considerando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado em 2024, quando as receitas fiscais não foram suficientes para cobrir as despesas. O comprometimento de recursos das empresas públi-

cas pode afectar directamente a capacidade de Moçambique de cumprir com as suas obrigações fiscais e sociais, como o pagamento de salários de servidores públicos. Este cenário pode resultar em um enfraquecimento ainda maior da economia nacional e na redução da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Por último, a falta de transparência no processo de alienação das acções da LAM também compromete a confiança dos investidores e da sociedade no governo. Embora o governo tenha afirmado que as empresas envolvidas terão de prestar contas, a ausência de um processo aberto e público torna difícil garantir que os recursos públicos serão usados de forma eficiente. A boa governação exige mais do que promessas de prestação de contas; é preciso garantir que haja um sistema transparente, independente e que realmente assegure que os recursos são aplicados para o benefício da sociedade.



HIDROELÉCTRICA DE  
CAHORA BASSA





***Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.***

***Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.***



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Autor:** Salvado Raisse  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

